

O SINTTEL vai MUDAR de ENDEREÇO no dia 03/04

Devido à reformas no prédio do Sinttel, a partir do **dia 03 de abril de 2017**, o atendimento será na **Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Ed. Ames, Sala 1316 - Centro - Vitória. CEP: 29010-250.**

O telefone continua o mesmo
27 - 3223-4844 e   **27 98889-6368**

28/03/2017 - CUT

Vagner: trabalhador já tomou a rua e vai parar o Brasil no dia 28

Em entrevista a Paulo Henrique Amorim, presidente nacional da CUT fala sobre a paralisação em defesa da aposentadoria e contra terceirização

Paulo Henrique Amorim: Eu conversei com o Vagner Freitas, presidente da CUT. Como será essa Greve Geral que as centrais sindicais aprovaram?

Vagner Freitas: Eu espero que seja uma grande resposta a esse processo de retirada de direitos que o governo golpista quer fazer com os trabalhadores. Ontem foi um dia histórico, em que nós conseguimos a unidade de todas as centrais sindicais pra fazer a Greve Geral. Será no dia 28 de abril. A ideia é fazer um dia de Greve, de paralisação nacional, em todos os setores, pra obrigar o governo a retirar as propostas - tanto a Reforma da Previdência, quanto a Reforma Trabalhista, quanto a terceirização. E nenhum direito a menos!

É importante que os trabalhadores ouvindo a gente sigam a nossa orientação: não vão trabalhar no dia 28 de abril, porque essa é a única arma que nós temos para impedir que nossos direitos sejam retirados.

PHA: Quando foi essa decisão e como vocês conseguiram a adesão, por exemplo, da Força Sindical do Paulinho da Força - também chamado de Pauzinho do Dantas - que, aparentemente, é um quadro do Governo Temer?

Vagner: Foi ontem a decisão, numa reunião que fizemos na sede da UGT [União Geral dos Trabalhadores] aqui em São Paulo. A Força Sindical estará presente, chamará de "Greve Nacional". E o Juruna e o Serginho [secretário-geral e primeiro-secretário da Força Sindical] estavam presentes na reunião, não colocaram objeção, tiveram concordância e os sindicatos da Força Sindical estão convocados pra Greve.

Então eu acho, provavelmente, como o Paulinho é presidente da Central, ele deve estar de acordo também, pois os seus representantes na reunião concordaram com as demais sete centrais.

PHA: A convocação de uma Greve Geral é uma medida - você sabe disso melhor do que eu, como líder sindical - é uma medida muito forte, muito radical, que corre um sério risco de ser uma Greve Geral parcial, ou que não tenha um significado político expressivo. Vocês não temem o risco de a Greve Geral não dar certo?

Vagner: Parafraseando o Vanderlei Luxemburgo, "o medo de perder tira a vontade de ganhar". Nosso filósofo contemporâneo...

Leia mais em:

<http://migre.me/wk113>

28/03/2017 - Convergência Digital

Senado não tem a intenção de acelerar rito do projeto de Terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reafirmou nesta terça-feira, 28/03, que pautará o projeto que regulamenta a terceirização em análise no Senado (PLC 30/2015) assim que o texto estiver pronto para votação no Plenário. A proposta é vista como uma complementação à matéria sobre o mesmo tema aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada.

Segundo Eunício, o projeto seguirá o rito regular de tramitação. Para ser pautado no Plenário, o PLC, conforme o presidente, ainda depende da apresentação do relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) e precisa da aprovação de ao menos um colegiado que pode ser a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), a chamada comissão da Agenda Brasil, ou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Terceirização

O texto da Câmara que trata da terceirização foi aprovado na última quarta-feira, 22/03, e encaminhado à sanção presidencial. Enquanto os defensores da proposta argumentam que a medida pode modernizar a legislação trabalhista e gerar mais postos de trabalho, os críticos dizem que o projeto diminui direitos e fragiliza as relações de emprego.

Entre outros pontos, a proposta prevê a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à terceirizada. Com isso, os bens da empresa contratante somente poderão ser penhorados pela Justiça se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos. Já o texto que tramita no Senado estabelece a responsabilidade solidária. Ou seja, contratante e terceirizada respondem ao mesmo tempo com seus bens para o pagamento da causa trabalhista.

28/03/2017 - Vermelho

Aragão: Terceirização é o fim de férias, 13º salário e FGTS

O ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão disse que a sociedade precisa saber do que se trata o projeto de lei sobre terceirização. Para ele, não adianta falar em “fim da CLT” porque a mensagem não é clara. “Você tem que dizer que as pessoas vão ficar pulando de galho em galho com contratos de três meses. Significa que não tem mais direito a férias, 13º salário, aviso prévio, licença maternidade nem FGTS. É isso o que é a terceirização. É o fim dos benefícios que existem há décadas”, disparou.

A oposição ao governo Temer já encaminhou ao Supremo Tribunal Federal três pedidos de mandados de segurança na tentativa de suspender os efeitos do projeto que foi aprovado pela Câmara na semana passada.

O texto, de 1998, admite a terceirização de atividade-fim com pouquíssimos respaldos ao trabalhador. Uma das principais questões – a obrigação de a empresa que contrata a terceirizada fiscalizar os direitos dos contratados e aparecer como responsável solidária em causas trabalhistas – simplesmente foi ignorada nessa versão aprovada. O governo Temer ainda estuda uma maneira de sancionar a proposta evitando protestos.



Os responsáveis pelos pedidos enviados ao STF são o senador Randolfe Rodrigues (Rede) e os deputados federais André Figueiredo (PDT) e Carlos Zarattini (PT). As ações de Randolfe e Figueiredo estão sob relatoria do ministro Celso de Mello e, segundo informações do Poder 360, o pedido de Zarattini deve seguir pelo mesmo caminho.

O petista alega que, em 2003, o ex-presidente Lula enviou um pedido à Câmara pedindo a suspensão da votação do projeto de 1998.

Esse pedido, um comunicado presidencial, deveria ter sido analisado compulsoriamente antes de o projeto de terceirização entrar na pauta. Mas isso não ocorreu e, por isso, o que foi aprovado pelo Senado, anos depois, e agora devolvido à Câmara para votação final, não tem validade.

Pelo regimento do STF, não há prazo determinado para que Celso de Mello analise os requerimentos.

Temer tem até 12 de abril para aprovar total ou parcialmente, mas tem dados sinais de que não irá aprovar o texto e, sim, enviar os trechos que interessam ao governo para o mesmo pacote da reforma trabalhista.

28/03/2017 - Vermelho

Lava Jato: Saldo de desempregados pode chegar a 3 milhões

A Operação Lava Jato completou três anos neste mês de março com impactos controversos em diversas áreas. Numa economia já em crise, as investigações findaram por deixar um saldo de obras paradas, corte de investimentos, empresas quebradas e muitas demissões. De acordo com a Federação Única de Petroleiros (FUP), setores que foram atingidos, direta ou indiretamente, pela operação perderam cerca de 2 milhões de postos de trabalho em 2015 e algo em torno de 1 milhão em 2016.

José Maria Rangel José Maria Rangel Com contratos suspensos e sem acesso a crédito, muitas companhias, em especial os fornecedores da Petrobras, fecharam as portas ou entraram em recuperação judicial. Grandes empresas decidiram vender ativos e têm problemas para pagar suas dívidas. No fim, tem sobrado para o trabalhador, com os números de desemprego a subir de forma assustadora.

Os setores de óleo e gás e da construção civil foram os mais afetados. "Destruição" é uma palavra muito utilizada para falar do assunto. "A Lava Jato tem, na realidade, destruído o setor de óleo e gás do país", avalia o presidente da FUP, José Maria Rangel, em entrevista ao Vermelho.

"Em relação à construção da infraestrutura, o que está em curso é a destruição da nossa capacidade gerencial, administrativa e tecnológica acumulada ao longo de mais de seis décadas. Está se arrasando a capacidade da engenharia brasileira", também aponta o presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino, em recente entrevista ao UOL.

IMPACTOS DA LAVA JATO NO EMPREGO

Perda, direta ou indireta, de cerca de 2 milhões de postos de trabalho em 2015, podendo chegar a 3 milhões em 2016.

- 1 - Construção civil: queda de 441 mil empregos entre 2015 e 2016 – redução de 15%
- 2 - Construção pesada: queda de 293 mil empregos entre jan/2015 e jan/2017 – redução de 30%
- 3 - Setor naval: queda de 44 mil empregos entre 2014 e 2016 – redução de 54%
- 4 - Indústria extrativa e mineral: redução de 38 mil empregos
- 5 - Trabalhadores próprios da Petrobras: diminuição de 86 mil para 68 mil empregos entre 2013 e 2016
- 6 - Trabalhadores terceirizados da Petrobras: diminuição de 360 mil para cerca 120 mil empregos entre 2013 e 2016 – redução de 66%

Fonte: FUP

Bombardeio à Petrobras

Para José Maria Rangel, a Lava Jato interrompeu um projeto de desenvolvimento industrial e tecnológico centrado na Petrobras. Para ele, "a operação tem sido utilizada como pretexto para aniquilar toda a cadeia de petróleo nacional e reduzir o papel da petroleira brasileira no setor".

Na sua opinião, uma boa forma de analisar as consequências da Lava Jato na economia é comparar o Brasil de antes da operação com o de hoje. "Se você pegar, por exemplo, o tamanho e a importância que a Petrobras tinha no governo passado, no cenário mundial, e a que tem hoje, é um retrocesso", aponta. Nessa comparação, ele destaca o bom momento que a petroleira vinha experimentando, a partir do governo Lula.

Petrobras: resgate histórico

Números da Petrobrás/Variáveis	2002	2013	2016
Valor de mercado (31 de dezembro)	R\$ 54 bilhões	R\$ 215 bilhões	R\$ 210 bilhões
Lucro Líquido anual	R\$ 8,1 bilhões	R\$ 23,5 bilhões	- R\$ 14,8 bilhões
Investimentos Realizados	R\$ 18,8 bilhões	R\$ 104,4 bilhões	R\$ 55,3 bilhões
Número de Trabalhadores	46 mil	86 mil	69 mil
Produção de óleo no Brasil (barris/dia)	1,5 milhões	2 milhões	2 milhões
Venda de derivados (barris/dia)	1,6 milhões	2,1 milhões	1,9 milhões



28/03/2017 - Rede Brasil Atual

No cardápio da indústria, terceirização e reformas

CNI lança Agenda Legislativa e recebe, em almoço, presidentes da Câmara e do Senado. Presidente da entidade cumprimentou deputado pela aprovação do PL 4.302

Satisfeita com as reformas em andamento, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou nesta terça-feira (28) sua Agenda Legislativa 2017, com as principais demandas do setor. Cópias do documento foram entregues aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) – que recebeu hoje representantes de centrais sindicais. A entidade empresarial quer ver aprovadas o quanto antes a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, de "reforma" da Previdência, e o Projeto de Lei (PL) 6.787, que altera a legislação trabalhista. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, cumprimentou os deputados pela aprovação, na semana passada, do PL 4.302, que libera a terceirização.

"Cumprimento os senhores parlamentares pelo passo fundamental que deram", afirmou o dirigente. "A terceirização é uma realidade do mundo moderno e do Brasil que queremos. Não é tirar direito do trabalhador", acrescentou. Para Andrade, a mudança irá "contribuir para aumentar o nível de emprego, resultar em ganhos de eficiência e estimular a economia".

O PL 4.302 seguiu para sanção de Michel Temer. Mas permanece o debate sobre o PLC 30 (originalmente, PL 4.330, aprovado em 2015 na Câmara), que também trata de terceirização e tramita no Senado. Hoje, Eunício declarou que vai pautar o texto assim que

o projeto estiver pronto para votação no plenário. Falta ainda discutir em comissão o parecer do senador Paulo Paim (PT-RS), criticado por empresários.

A votação de um novo texto é vista por alguns como uma possibilidade de "amenizar" a regulamentação do tema, já que o 4.302 é visto como mais prejudicial aos trabalhadores. No entanto, o noticiário da mídia tradicional registra que Temer já teria desistido dessa estratégia, preparando-se para sancionar o texto votado na Câmara. Alguns "ajustes" poderiam ser feitos durante a discussão da reforma trabalhista (PL 6.787).

"Terceirização é um marco histórico para o Brasil, e a reforma trabalhista também será", disse Rodrigo Maia durante o evento da CNI. "As reformas que reorganizam o Estado e que dão segurança ao capital precisam ser prioridade do parlamento nos próximos anos."

A Agenda Legislativa da CNI tem 131 propostas, com 16 prioridades, entre as quais cinco diretamente relacionadas ao mundo do trabalho. A entidade defende a prevalência do negociado sobre o legislado e quer mudanças na Norma Regulamentadora (NR 12), que trata de condições de segurança no setor de máquinas e equipamentos. E se posiciona contra a adoção, pelo Brasil, da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe demissão imotivada.

27/03/2017 - Vermelho

“Brasil está sem rumo e indústria no PIB regrediu ao estágio de 1910”

O aspecto mais grave da crise política e econômica vivida pelo Brasil hoje é que o país está completamente sem rumo, sem nenhum debate sobre um projeto nacional e contaminado pelo curtíssimo prazo.

Os setores de petróleo e gás, construção civil, agronegócio e indústria automobilística, que foram importantes para viabilizar a recuperação da economia nos anos 2000, nos governos do PT, estão gravemente comprometidos e o país está cada vez mais dependente de uma pauta de exportação primarizada. Em 2014, a indústria representava cerca de 15% de todo o produto nacional. Em 2017, esse número deve chegar a algo em torno de 8% a 9% do PIB, o que equivale ao que era o Brasil na década de 1910. A avaliação do economista Marcio Pochmann, professor da Unicamp e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não recomenda nenhum otimismo sobre o futuro da economia brasileira nos próximos meses.

Em entrevista ao Sul21, Pochmann analisa o momento econômico e político, contextualizando-o na história recente do país. Das quatro

recessões que o capitalismo brasileiro já viveu, ele considera a atual a mais grave do ponto de vista da desorganização do sistema de investimentos no Brasil. Para Pochmann, o governo Temer é a “pedra que faltava para retirar as possibilidades da industrialização brasileira”. “O que temos hoje basicamente é a força do setor de produção agro-mineral e o setor de serviços. São setores importantes, mas sem capacidade de permitir um ritmo de expansão sustentável para um país com mais de 200 milhões de habitantes”, adverte. No plano político, Marcio Pochmann diz que só há uma saída institucional para a atual crise política, as eleições em 2018, mas está preocupado com essa possibilidade: “A minha preocupação maior é se, de fato, nós teremos eleições em 2018”.

Leia mais em: <http://migre.me/wkJdx>